

**A DOR DO INOCENTE: IMPLICAÇÕES DO RACISMO PARA A CRIANÇA  
NEGRA**

**THE PAIN OF THE INNOCENT: IMPLICATIONS OF RACISM FOR THE BLACK  
CHILD**

Adelmir Fiabani<sup>1</sup>  
Tainá Fiabani<sup>2</sup>

**RESUMO**

Em tempos de discussões sobre a obrigatoriedade ou não do psicólogo nas escolas, nossas experiências no campo da Educação e da Psicologia nos levaram a produzir esta reflexão sobre o racismo e seus efeitos, sobretudo as consequências sobre o processo de formação identitária, aproveitamento/rendimento escolar e processos de adoecimento. Somos uma nação que se construiu tendo a escravidão como base do sistema econômico e ordenamento social. As consequências deste sistema ainda se fazem sentir como chagas abertas em um corpo doente. O racismo, a exclusão, a discriminação e o preconceito são males que precisamos combater diariamente. A Psicologia Clínica tem função essencial no processo de restituir a saúde mental das vítimas do racismo. A Psicologia Social deverá atuar como orientadora das práticas pedagógicas sadias e acolhedoras, que tornem o ambiente escolar prazeroso para todas as crianças. Há muito que se fazer para erradicar o racismo da nossa sociedade. Ao produzir esta reflexão, objetivamos chamar a atenção sobre os efeitos do racismo na nossa sociedade, sobretudo para a formação das crianças e salientar a importância da Psicologia como aliada no processo de erradicação deste mal. Para alcançar este objetivo, revisitamos a produção bibliográfica sobre este tema como (CAVALLEIRO, 2015), (GUIMARÃES; PODKAMANI, 2012), (CARONE; BENTO, 2002), (GONÇALVES; SILVA, 2000), (SAMPAIO, 2012) e outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Infância. Psicologia. Educação.

**ABSTRACT**

In times of discussions about the mandatory presence of psychologists in schools, our experiences in the field of Education and Psychology led us to produce this reflection on racism and its effects, especially the consequences on the process of identity formation, use / performance school and illness processes. We are a nation that was built on slavery as the basis of the economic system and social order. The consequences of this system are still felt, like open sores on a sick body. Racism, exclusion, discrimination and prejudice are evils that we need to combat daily. Clinical Psychology plays an essential role in the process of restoring the mental health of victims of racism. Social Psychology should act as a guide for healthy and welcoming pedagogical practices that make the school environment pleasant for all children. There is much to be done to eradicate racism from our society. In producing this reflection, we aim to draw attention to the effects of racism in our society, especially for the education of children and to emphasize the importance of Psychology as an ally in the process of eradicating this evil. To achieve these objectives, we revisit the bibliographic production on this topic such as (CAVALLEIRO, 2015), (GUIMARÃES; PODKAMANI, 2012), (CARONE; BENTO, 2002), (GONÇALVES; SILVA, 2000), (SAMPAIO, 2012) and others.

**KEYWORDS:** Racism. Childhood. Psychology. Education.

---

<sup>1</sup>Doutor em História. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: [adelmirfiabani@hotmail.com](mailto:adelmirfiabani@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Psicologia. Faculdade Meridional - IMED. E-mail: [tainafiabani@gmail.com](mailto:tainafiabani@gmail.com).

## 1. INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é mostrar que o racismo é um grave problema que ocorre na nossa sociedade. Tão pernicioso que mata identidades, sobretudo das nossas crianças. Como educadores e profissionais da saúde temos o dever de promover a vida, valorizar as múltiplas culturas que formam a identidade do povo brasileiro, fortalecer a sociedade plural e valorizar positivamente as diferenças.

A escola tem sido o lugar onde a criança negra tem tido as primeiras experiências negativas quanto ao racismo. Na escola, geralmente as crianças negras não são ouvidas, mesmo quando vítimas de discriminações. A psicologia tem função imprescindível no espaço escolar, visto que seus profissionais foram preparados para ouvir e agir sobre os problemas emocionais. Não somente ouvir as crianças, mas também observar os gestos, os olhares, as expressões e os comportamentos individuais e/ou coletivos.

Os educadores, muitas vezes, não reconhecem positivamente a criança negra no cotidiano escolar. O aluno negro sofre, "direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças que afetam a sua infância, adolescência, refletem na vida adulta e comprometem todo o seu desenvolvimento" (VIDEIRA, 2007, p. 108). Neste sentido, como um dos primeiros espaços de convivência entre as diferentes culturas, a escola apresenta-se como ambiente em que as práticas racistas acabam por ajudar a perpetuar a desigualdade histórica entre brancos e negros (RIBEIRO; CUSTÓDIO, 2008).

Na escola, ocorre a discriminação aberta e a discriminação velada. A aberta é aquela na qual a criança é achincalhada de forma contundente ou direta, geralmente, por parte de um colega. Na maioria das vezes, acaba recebendo um pedido de desculpas e fica por isso mesmo. A discriminação velada ocorre de várias formas: quando os educadores impedem a criança negra de exercer papéis de destaque como oradora em festas escolares ou ser a protagonista em desfiles cívicos (ex.: carregar a bandeira); impedir que exerça o papel de anjo nas festas religiosas ou de ser o casal/par principal nas festas juninas. Nas duas situações, — vítima de racismo explícito ou racismo velado — se os educadores não tomarem posição referente aos fatos, este comportamento reforçará o universo ideológico pejorativo que a criança, consciente ou inconsciente, conhece (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 37).

No Brasil, mesmo com amplos debates sobre os malefícios do racismo e da discriminação racial, encontramos escolas que ainda são conduzidas por currículo



eurocêntrico, no qual a sociedade está ordenada a partir da supremacia branca, sem dar espaços para outras referências e perspectivas, como as afrocentradas. Nestes currículos, é comum associar a história dos negros à escravidão, como se seus antepassados tivessem nascido durante a travessia do Atlântico. Os estudantes brancos têm como referência os povos europeus e asiáticos apresentados como trabalhadores, empreendedores e pessoas do bem. Enquanto os antepassados dos negros são apresentados como escravos, bens de capital, peças.

Alguns materiais didáticos utilizados pelos professores mostram a África como um continente pobre, desorganizado politicamente, tomado por doenças e assolado pela fome. Esta visão reforça o sistema de dominação e perpetua o modelo de educação branco eurocêntrico. A forma como o docente aborda a história da humanidade pode prejudicar o estudante, principalmente a criança negra. Segundo Heloísa Pires Lima (2008, p. 99), quando personagens negros entram nas histórias vinculadas à escravidão, "naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor", servem para "cristalizar a imagem do estado de escravo e torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica".

Determinados estudantes desenvolvem aversão por algum componente curricular quando o conteúdo não lhes interessa ou agride seus sentimentos. No caso do aluno negro, a História, a Geografia e a Literatura tornam-se fardos pesados quando priorizam o eurocentrismo. Este fato pode explicar a evasão das crianças negras da escola. O ambiente que era para ser prazeroso e convidativo torna-se hostil.

## **2. DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO À LEI 10.639/2003: BREVE HISTÓRICO**

A preocupação com o racismo e as consequências do preconceito na vida da criança não é recente. Em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), iniciaram-se de forma mais efetiva os debates referentes à qualidade do ensino para a população negra brasileira. Mais precisamente em 4 de novembro de 1978, foi publicado o Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (GONÇALVES; SILVA, 2000).

Na década seguinte, eventos aconteceram em várias cidades com o objetivo de discutir, orientar e encontrar formas de combater o preconceito racial nas escolas. Em 1982, em Belo Horizonte, foi realizada a Conferência Brasileira de Educação, onde ocorreu uma



mesa redonda com o tema "discriminação nos sistemas de ensino". A partir de 1982, ocorreram mudanças em secretarias de Educação de vários estados brasileiros (GONÇALVES; SILVA, 2000).

Em 1979, o sociólogo Carlos Hasenbalg inaugurou um novo tempo dentro dos estudos sobre relações raciais no país ao romper com a ideia falaciosa de democracia racial e apontou para as desigualdades raciais não apenas como resultado da escravidão, mas como ideologia de uma sociedade racista e discriminatória. Hasenbalg foi o primeiro teórico dentro da tradição dos estudos raciais brasileiros que apontou o racismo para além da função de estruturas e privilégios de classe (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

Em 1980, surgiu a Associação Brasileira da Psicologia Social (Abrapso). A Psicologia foi intimada a discutir as desigualdades sociais, políticas e raciais da nação e promover sua desnaturalização (SCHUCMAN; MARTINS, 2017, p. 178). Os profissionais da Psicologia perceberam que a democracia racial não passava de falácia e contribuía para tornar o racismo, aqui no Brasil, um crime perfeito.

Após duas décadas de regime militar, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, referindo-se ao racismo como ato criminoso. No Artigo 3º, relativo aos objetivos fundamentais, o Estado recebeu a incumbência de "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; no Artigo 4º, está registrado o "repúdio ao terrorismo e ao racismo"; no Artigo 5º, Inciso XLII, refere-se à criminalização do racismo, ou seja, "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (TÁCITO, 1988, p. 63-65).

Nos anos 1990, surgiram duas organizações não governamentais (ONGs) que são referências no campo da Psicologia e do enfrentamento ao racismo: o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e o Instituto AMMA Psique e Negritude. As duas instituições publicaram estudos com a finalidade de combater o racismo e desconstruir os efeitos psicossociais gerados por ele (SCHUCMAN; MARTINS, 2017, p. 179).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 é resultado de amplas discussões entre educadores, movimentos sociais e governantes. Quanto à Educação e o negro, três momentos foram decisivos: a Assembléia Nacional Constituinte (1986-87), o Centenário da Abolição (1988) e o Tricentenário da Morte de Zumbi (1995). O Movimento Negro, que já debatia sobre a Educação, racismo e preconceito no Brasil, no entanto, valeu-se dos três momentos



citados para expor sua pauta. Conforme a LDB 9394/96, "o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias para a formação do povo brasileiro" (BRASIL, 1996), porém a Lei não explicou como abordar a questão racial.

Em 2002 foi publicado o livro "Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil", organizado pelas psicólogas Iray Carone e Maria Aparecida Bento. Esta obra trouxe pela primeira vez o termo branquitude. O branqueamento nada mais é do que a pressão exercida pela hegemonia branca no sentido de que o negro negue seu corpo e seus traços identitários. Segundo Paulo Dias,

Ao negro são atribuídas várias imagens negativas, como desvalorização do negro dos pontos de vista físico, intelectual, cultural e moral, onde a cor negra e os traços negroides são considerados antiestéticos e a cultura e os costumes africanos são considerados primitivos, coisas de folclore. (DIAS, 2010, p. 10).

Também em 2002, foi publicada a Resolução Nº 18, do Conselho Federal de Psicologia, com destaque para os seguintes artigos:

(i) os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia; (ii) os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo; (iii) os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial e (iv) os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que representa um divisor de águas na educação do Brasil, pois instigou o debate sobre relações étnico-raciais e transformou-se efetivamente em instrumento de enfrentamento ao racismo no âmbito escolar. A referida Lei causou desassossego no interior das escolas e nas mentes dos educadores, porque colocou em xeque a tradição eurocêntrica de currículo.

Em 2017, foi publicado o documento "Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o)", como resposta a uma demanda do Movimento Negro organizado. Os elaboradores do documento partiram do princípio "que compreender as relações raciais no Brasil é uma tarefa que implica todos e, como tal, é para todos" (CFP, 2017, p. 75). Pois, historicamente, a Psicologia brasileira:



Posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira (CFP, 2017, p. 75).

Após profunda reflexão sobre as funções do psicólogo no combate ao racismo, o documento produzido sinalizou que é "fundamental analisar o papel das políticas públicas em relação à temática, para que a (o) psicóloga (o) tenha uma atuação comprometida com as necessidades da população brasileira". Também,

É importante debater sobre a natureza das ações desenvolvidas nos diversos serviços e como podem essas ações contemplar efetivamente o recorte racial oferecendo às (aos) usuárias (os) uma atuação condizente com cada pessoa e cada contexto, podendo, ainda, contribuir com esse olhar diferenciado em atuações interdisciplinares e estando de acordo com os princípios éticos que norteiam a prática da(o) psicóloga(o) (CFP, 2017, p. 75).

Em 2017, Lia Vainer Schucman e Hidelberto Vieira Martin publicaram "A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do 'objeto da ciência' ao sujeito político", enfatizando o papel da Psicologia na construção de espaços na academia e atuação profissional "para que o tema do racismo seja debatido como um dos fenômenos estruturais da nossa sociedade e para a compreensão das desigualdades sociais produzidas" (SCHUCMAN; MARTIN, 2017, p. 181). Mesmo que a Psicologia tenha construído um verdadeiro arcabouço teórico sobre o tema, ainda há pouca atenção da categoria como um todo, sobretudo na formação de psicólogos, mais voltados à compreensão da temática e dispostos a produzir respostas no sentido de erradicar o racismo e seus efeitos.

Em 12 de setembro de 2019, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que determina que as escolas públicas ofereçam serviços de psicologia e assistência social aos alunos. No dia 09 de outubro de 2019, o presidente Jair Messias Bolsonaro vetou o Projeto de Lei (BRASIL, 2019). Lamentavelmente, o presidente não acredita na importância do psicólogo nas escolas. A Psicologia nas escolas revela-se muito importante no combate ao racismo e à discriminação racial. Também, constitui-se como elemento agregador na formação das pessoas.

### **3. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Para Nei Lopes (2004), racismo é a "doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, etc. sobre outros"(LOPES, 2004, p. 557) Em "O racismo explicado aos meus filhos", Lopes (2007), define racismo como "comportamento por meio do qual uma pessoa ou um grupo de pessoas manifesta uma idéia pré-concebida - ou seja, um preconceito - contra um ou vários indivíduos pertencentes a um grupo de origem diferente e em geral considerada inferior". (LOPES, 2007, p. 12) Conforme Silva e Silva (2006), o racismo é o "preconceito contra raças consideradas inferiores"(SILVA; SILVA, 2006, p. 346).

O racismo aversivo é aquele em que o racista não manifesta preconceito racial explícito. Ele se mostra comprometido com os privilégios da igualdade racial, simpático às vítimas de injustiças, porém, ao mesmo tempo, tem inclinações implícitas que favorecem os brancos em detrimento dos negros (WILLIAMS; PRIEST, 2015).

O racismo institucional ocorre quando a discriminação persiste nos mecanismos e processos institucionais. Pode ser visto na configuração dos bairros de uma cidade, quando se dá a separação física das raças em áreas residenciais ou comunidades. Outro exemplo de racismo institucional pode ser constatado quando comparamos as taxas de prisões de negros e outras minorias. Também no tratamento destinado aos imigrantes, refugiados negros e indígenas. Percebem-se diferenças quando comparado aos brancos (WILLIAMS; PRIEST, 2015).

O racismo cultural é aquele em que o indivíduo traz internalizados preconceitos e estereótipos negativos referente a um grupo e tenderá a discriminar pessoas desse grupo. Por exemplo, algumas produções televisivas retratam os negros de forma negativa. Aos negros são atribuídos papéis ligados à bandidagem/malandragem, profissionais fracassados, indivíduos desajustados socialmente e outras representações com atributos depreciativos. Quando representam o trabalhador negro, estes precisam mostrar fidelidade, desempenho acima da média, polivalência. Na verdade, o ator é obrigado a representar como a sociedade branca gostaria de ver o negro no dia a dia (WILLIAMS; PRIEST, 2015).



#### **4. CRIANÇA E INFÂNCIA**

Segundo o Dicionário Aurélio (2010), criança é um ser humano de pouca idade e a infância é o período de crescimento do ser humano que vai do nascimento à puberdade. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), para efeitos da Lei, criança é a "pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade".

As concepções de criança e infância são construções sociais formadas ao longo da história da humanidade e nem sempre expressaram os mesmos significados. A criança sempre existiu, porém a infância é um conceito relativamente novo, com marco temporal entre os séculos XVII e XVIII (MAIA, 2012). A infância é uma condição que a criança vive. A expressão infância é complexa. Não é um mundo imaginário da criança. É a fase da interação da criança com o mundo real. A partir desta interação ela se desenvolve, participa do processo social, cultural e histórico. Apropria-se de valores do seu tempo e lugar. As relações sociais são parte integrante de suas vidas e de seu desenvolvimento.

Crianças vítimas de abuso sexual têm suas infâncias roubadas pelos adultos que, em tese, deveriam protegê-las. Crianças menosprezadas pelos professores têm sua capacidade de aprendizagem reduzida. Crianças vítimas de discriminação racial têm suas vidas destruídas pelos racistas. O racismo é um mal com efeitos devastadores, às vezes, irreversíveis.

Quando falamos de crianças, logo vêm à mente seres humanos indefesos, dependentes dos adultos, na maioria das vezes, dos pais. O desenvolvimento infantil é um período em que os cuidados são fundamentais, tanto biológicos quanto afetivos. As necessidades da criança são inalienáveis, irredutíveis e inquestionáveis. Portanto, é dever do Estado e da família garantir o desenvolvimento saudável da criança.

Os pesquisadores Marco Antonio Chagas Guimarães e Ângela Baraf Podkomeni (2012) citam que, ao nascer, a criança estabelece o primeiro vínculo com a mãe. Ao sugar o leite da mãe, ela sente como se produzisse o próprio alimento. Neste sentido, a criança é o centro e vetor de tudo, não há compreensão que existe o outro.

A capacidade de identificação da mãe e suas ações de cuidado e atendimento, aliadas ao potencial para a capacidade de criar, propiciam na criança a vivência ilusória de que as ações promovidas para a satisfação de suas necessidades são ações produzidas por si mesmas. [...] O encontro da criança com um meio ambiente



maternamente dotado de capacidade de identificação - um meio ambiente que é capaz de compreender, traduzir e atender às necessidades por ela apresentadas - facilita nela a deflagração do potencial para a capacidade de criar (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2012, p. 228).

A criança, dentro deste ambiente favorável, começa a tecer as primeiras estratégias para atuar em ambientes externos. Dar-se-á a "ruptura natural entre o mundo interno (subjetivamente concebido) e o mundo externo (objetivamente percebido) pelo viés das semelhanças" (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2012, p. 229). Segundo Guimarães e Podkmeni (2012), é a "memória do que é semelhante que permite a conquista gradativa da diferença, porque tem como crédito a confiança nas memórias dessas vivências de atendimento das necessidades" (2012, p. 229). Em outras palavras, a criança negra não vê nada de errado ou fora da ordem enquanto vive o momento de amadurecimento do seu eu no seio familiar. Ela estranhará quando as diferenças entre os dois mundos se concretizarem.

Ao se deparar com outro ordenamento social, diferentes hierarquias, olhares hostis em ambientes diferentes do construído por ela no seio familiar, a criança entra em processo de sofrimento. Conforme Guimarães e Podkameni,

Durante o processo de crescimento da criança negra, quando nossa sociocultura passa também a ocupar o lugar inicialmente ocupado pelo núcleo familiar primário passa a ser incorporada como parte integrante e necessária na tessitura do espaço potencial, em função do racismo, a sociocultura passa a dificultar, por vezes impedir, o exercício natural e de direito desse campo de escoamento e elaboração da tensão psíquica entre esse grupo de brasileiros (as) (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2012, p. 229).

O racismo incrustado na nossa sociedade impede a comunicação natural entre o mundo inocente da criança e o mundo das diferenças que existe lá fora. Uma criança que cresce em ambiente hostil, sobretudo racista, não consegue interagir de forma natural, sem amarras. Ela se sente sufocada. Não é somente a criança negra que sofre com o racismo, mas também toda a sociedade. Ao presenciar um ato racista, discriminatório, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade. Segundo a educadora Eliane Cavalleiro (2015), ao observar a relação diária de crianças de quatro a seis anos, identificou que as crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem. Em contrapartida, a pesquisadora constatou que "as crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e



discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele" (CAVALLEIRO, 2015, p. 10).

## **5. A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

A psicologia vem se aproximando das discussões a respeito das relações étnico-raciais na busca de modelos para compreender o fenômeno e produzir metodologias eficazes para lidar com o sofrimento causado pelas humilhações e discriminações sofridas. "É enorme a responsabilidade que hoje recai sobre os profissionais da Saúde, da Psicologia e da Educação, nomeadamente no que respeita à sua intervenção pedagógica sobre o garantir de cuidados adequados às necessidades irredutíveis da criança" (GOMES-PEDRO, 2004, p. 36).

O convívio familiar, o espaço escolar e o grupo social próximo influenciam na construção da identidade da criança negra. Muitas vezes, a família da criança negra tem dificuldade para lidar com a questão racial, visto que seus pais sofreram com a discriminação e com o racismo e optam por poupá-la desse tormento. Os pais que optam pelo silêncio não conseguem orientar a criança e ela fica sem defesas para quando sofrer ataques racistas fora do lar.

Na maioria das vezes, é na escola que a criança se depara com os primeiros julgamentos raciais. A escola é o *locus* de diferenciação social e racial, muitas vezes, reprodutora do preconceito, onde se manifestam as tensões inter-raciais sofridas pelos negros. A criança negra passa a ver a escola como um ambiente ruim. Segundo Cavalleiro,

É difícil, senão impossível, ser feliz convivendo permanentemente com esse conflito. O resultado provável é que a criança negra sofra severamente com esse problema. Torna-se, portanto, improvável que ela consiga construir uma identidade positiva. Simultaneamente, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade, visto que, diariamente recebe provas fartas dessa premissa (CAVALLEIRO, 2015, p. 99).

No momento que a escola atua difundindo preconceitos ou discriminações, deixa de promover a vida e torna efetivo o processo de aniquilamento da identidade da criança negra. Os atos conscientes e inconscientes dos professores, da equipe diretiva e dos demais servidores, em relação às crianças negras, magoam e marcam profundamente por toda a vida.



## 6. A DOR DO INOCENTE

O racismo tem "sido uma ideologia que opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro" (CFP, 2017, p. 6). Portanto, não se trata de questão de classe, mas de ideologia/plano de ação bem articulado com intuito de manter parte da população, no caso da brasileira — negros, indígenas e mestiços —, sob domínio dos racistas. Para Sampaio (2012), o racismo é o "pilar-mestre de nossa história, por alicerçar toda estrutura ideológica, política e econômica da sociedade, dificultando a compreensão e, por conseguinte, o enfrentamento real deste fato". (SAMPAIO, 2012, p. 269).

As instituições da sociedade refletem o comportamento das pessoas que as constituem. Em sociedades racistas, as instituições, muitas vezes, se comportam da mesma forma. Por que a polícia procede de forma truculenta em bairros negros e não age do mesmo modo em bairros ricos, em condomínios fechados e em *shoppings*? Por que o poder público faz distinções na prestação de serviços em bairros de brancos ricos e em bairros de negros? Talvez, a resposta explique o porquê de tantas balas perdidas em corpos negros.

No plano individual, estudos comprovam que a experiência com discriminações e ataques racistas repercute no processo saúde/doenças das pessoas negras. Depressão e transtornos de ansiedade são doenças apontadas como consequências do racismo. Segundo Rita Barradas Barata (2009), alguns problemas e comportamentos de saúde apresentam maior associação com a exposição a situações de discriminação e racismo: "transtornos mentais, hipertensão arterial, baixo peso e prematuridade, doenças cardíacas, diabetes e obesidade, abuso de álcool e drogas e tabagismo" (BARATA, 2009, p. 66). Para a autora,

Os efeitos do racismo e da discriminação sobre a saúde podem ser agudos ou crônicos, agindo provavelmente através dos mecanismos fisiopatológicos do estresse. A experiência de exposição a atos racistas e discriminatórios pode funcionar como um estressor agudo, enquanto viver em uma sociedade racista pode funcionar como um estressor crônico (BARATA, 2009, p. 66).

O racismo também é o grande responsável por alguns problemas educacionais dos alunos negros, sobretudo, quanto à evasão, à repetência e ao desamor pela escola. Quando uma criança negra deixa de ir à escola, nem sempre a causa principal é a dificuldade em aprender. Provavelmente, a dificuldade para aprender é a gota d'água em um recipiente que



está quase transbordando pelas violências raciais sofridas. Uma vez que, a criança negra, na mais tenra idade, quando ainda se encontra no seio familiar, encontra ambiente propício para o desenvolvimento do potencial humano e da criatividade, essenciais para exercitar a imaginação como "área de ilusão" e de "espaço potencial". Segundo Adriana Soares Sampaio,

Esse campo imaginário que se inicia na relação com o ambiente familiar continua como um importante elemento de mediação psíquica e encontra nos processos de cultura a continuidade do acolhimento oferecido anteriormente, exercendo a sociocultura um papel fundamental na manutenção e retroalimentação desse campo (SAMPAIO, 2012, p. 265).

Ocorre que, ao sair do núcleo familiar primário, a criança negra se defronta com a sociocultura adversa que impede o desenvolvimento, a manutenção e o amadurecimento desse campo, em função da discriminação, do racismo e do ataque à suas características fenotípicas. Assim, Adriana Soares Sampaio (2012) afirmou: "Essas condições adversas provocam uma dor psíquica, que pode ter sido historicamente silenciada, negada, banalizada e naturalizada, tem seu risco social, psíquico, psicossomático e até físico esvaziado". (SAMPAIO, 2012, p. 265).

A discriminação racial pode levar as crianças negras a abandonar a família e a escola. Este fato as expõe à violência sexual, à situação de rua e ao trabalho infantil. A violência sexual pode ocorrer dentro e fora do ambiente familiar. No entanto, o ambiente de rua é muito perigoso, principalmente para meninas, pois ao corpo negro foi imposto "a dicotomia do gostoso, exótico e diferente, mas que ao mesmo tempo é proibido, impensável, pecaminoso e não serve para o matrimônio ou monogamia" (ARRAES, 2014).

Um estudo realizado no Estado de São Paulo, em 2013, constatou que, de modo geral, a população negra está mais suscetível à violência sexual, quando comparada às outras de estratos sociais mais elevados. Foram encontrados (as) mais negros (as) vitimizados (as) em 3 dentre os 5 estratos de renda estudados. Ou seja, quanto mais baixa a renda, maior o número de negros (as) violentados (as). Ressalvamos, entretanto, que aqueles (as) que se consideraram pardos (as), proporcionalmente, também apresentaram altos índices de vitimização (TEIXEIRA FILHO *et al*, 2013).

O Ministério da Saúde fez uma análise do perfil das vítimas de violência sexual no Brasil, no período de 2011 a 2017, verificando que o registro das notificações referentes às adolescentes e às crianças, no quesito raça/cor da pele negra, alcançou o percentual de 55,5%



e 45,5%, respectivamente (BRASIL, 2018). Registramos, que nem todos os atos de violência sexual chegam a ser notificados, principalmente, quando ocorre nas comunidades pobres e a vítima não tem quem a defenda. São casos de crianças negras que permanecem sozinhas em casa durante o período que os pais estão trabalhando.

Desde cedo, muitas crianças negras passam por rejeição, discriminação e invisibilidade nos ambientes sociais. Em muitas ocasiões, o lar é o único ambiente que elas se sentem aceitas. Nos demais locais, a criança é um número, uma estatística. Consequentemente, a saúde mental se torna frágil, pois esses fatores atacam a autoestima e impactam no desenvolvimento e na construção da identidade. "A população negra é empurrada a abrir mão das representações de si mesmo, para poder se adequar às imposições que lhe são comunicadas, ora de forma sutilmente velada, ora de forma crua e objetiva" (SAMPAIO, 2012, p. 267). A criança negra perde a representação de si mesma porque tudo que lhe é familiar passa a ser visto como hostil, feio, fora do contexto. Ela abre mão da sua identidade para aproximar-se, integrar-se, ascender socialmente aos padrões brancos.

## **7. CONCLUSÃO**

A Psicologia Social tem ocupado significativo espaço no debate sobre relações raciais, porém o mesmo não se pode afirmar em relação à Psicologia Clínica. Ainda pairam dúvidas entre muitos psicólogos se a discriminação racial pode desencadear processos de adoecimento mental. Não raro, a posição neutra do analista corrobora para o silêncio da vítima, levando-a, muitas vezes, à conclusão que é coisa da sua cabeça ou ela mesma é o problema. O racismo é descartado como causa e buscam-se outros fatores que podem ter determinado o adoecimento.

A discriminação racial provoca efeitos psicossociais de longa duração sobre os indivíduos, bloqueia os mecanismos de identificação e mediação psíquica, fundamentais para a criança na passagem do seu núcleo familiar para o mundo ampliado da sociocultura. Ou seja, ao encontrar o ambiente adverso, a criança não está munida de defesas para enfrentamento desta nova situação. Estabelece-se um conflito com ela mesma, de difícil solução, que, muitas vezes, pensa ser ela a causa do sofrimento dos outros, por ter que aceitá-la naquele lugar.



As vítimas do racismo podem desenvolver patologias tanto em atos isolados quanto em incidências quando estas são recorrentes. A criança que está em processo de formação da identidade tem como uma das primeiras reações negar a si mesma, negar a identidade e, conseqüentemente, construir outra identidade que seja aceita pelo outro. O racismo gera constrangimento social, cultural, psicológico e pode resultar em atos violentos (físicos).

Para superar o racismo faz-se necessário escutar o outro, conhecer os diferentes sujeitos que formam a nossa sociedade. A desconstrução da lógica racista ocorrerá pela compreensão das linguagens infantis no sentido de romper com a lógica adultocêntrica, possibilitando novas relações entre educadores e crianças na escola.

O racismo institucional deve ser combatido tanto quanto o racismo interpessoal. As escolas necessitam da Psicologia Clínica e da Psicologia Social, pois é o lugar onde ocorre a maioria dos ataques raciais às crianças negras. A Psicologia Clínica no sentido da terapia individual e a Psicologia Social como integrante do processo de reelaboração curricular com prioridade às relações raciais e também como prática supervisionada das ações pedagógicas e na relação da escola com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **A objetificação e hipersexualização da mulher negra**. 4 de setembro de 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/objetificacao-e-hipersexualizacao-da-mulher-negra/>. Acesso em 01 de julho de 2020.

BARATA, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2011-2017)**, v. 49, nº 27, jun 2018, p 1-17.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 60**, de 2007. Brasília. 2019.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 018/2002, de 19 de dezembro de 2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF: 2002.

CUNHA Júnior, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 2008.

DIAS, Paulo. **A ideologia do branqueamento na educação e implicações para a população negra na sociedade brasileira**. In: *RevistAleph*. São Paulo, ano 11, n. 22, dez. 2010, p. 304-316.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FNPETI - **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil** - 12/06/2019. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2019/07/155/TRABALHO-INFANTIL-2021-Declarado-Ano-Internacional-para-a-Eliminacao-do-Trabalho-Infantil.html>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

GOMES-PEDRO, João. **O que é ser criança?** Da genética ao comportamento. *Análise Psicológica* (2004), 1 (XXII): 33-42.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez. 2000 Nº 15. p. 134-158.

GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas; PODKAMENI, Angela Baraf. Racismo: um mal-estar psíquico. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda [Org.]. **Saúde da população negra**. 2. ed. Brasília, Distrito Federal: ABPN - Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros, 2012.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.



MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil.** Campo Grande/MS: UCDB, 2012. [Dissertação].

RIBEIRO, Neli Goes; CUSTÓDIO, Leandra Vicente. **Estudo sobre a escolarização do negro em Santa Catarina:** municípios de Itajaí, Lages, Criciúma e Florianópolis. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

SAMPAIO, Adriana Soares. Ecos do silêncio: reflexões sobre uma vivência de racismo. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda [Org.]. **Saúde da população negra.** 2. ed. Brasília, Distrito Federal: ABPN - Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hidelberto Vieira. **A Psicologia e o discurso racial sobre o negro:** do “objeto da ciência” ao sujeito político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 2017, 172-185.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed. São Paulo: Contexto 2006.

TÁCITO, Caio. **Constituições brasileiras:** 1988. 5. ed. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2005.

TEIXEIRA-FILHO, F. S., RONDINI, C. A., SILVA, J. M., & ARAÚJO, M. V. (2013). **Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência.** *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 90-102.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Criança negra e discriminação étnica na escola e movimentos pela educação popular.** *Padê*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 89-111, jul./dez. 2007.

WILLIAMS, David R.; PRIEST, Naomi. **Racismo e Saúde:** um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, nº 40, set/dez 2015, p. 124-174.

Enviado em: 31/07/2020  
Aprovado em: 18/11/2020